Programa de Estudos em Gestão Social

Coordenação: Fernando Guilherme Tenório

"Programa dedicado à produção de estudos e à divulgação de experiências em gestão social, preocupado com o enriquecimento da participação pública nos destinos da cidadania contemporânea."

Para conceituar gestão social

José Luís Abreu*

No limiar do século XXI, percebem-se várias propostas de se buscar um novo direito público, como resposta à impotência do Estado e dos seus mecanismos de representação política, pautadas por processos que possibilitem que representações comunitárias atuem de forma ativa nas decisões da burocracia estatal. Este processo se cristaliza a partir de um novo modelo de Estado, que visa a garantir a participação direta dos cidadãos e coloca em evidência a distinção entre duas formas de democracia: a que restringe a sua atividade política, ao confinar dentro de estritos limites — circunscritos apenas pela democracia representativa — toda e qualquer participação ativa no processo da gestão pública; e uma democracia que destrói esses limites, permitindo aos cidadãos adquirirem consciência reflexiva, que se constrói através da prática de tomada de decisões conjunta entre diversos segmentos sociais — a chamada democracia participativa ou democracia direta.

No mundo do trabalho, a procura por participação, por parte dos trabalhadores, decorre da perspectiva de sua maior ingerência no processo produtivo, com a possibilidade de maior autonomia e controle de sua própria atividade. Além disso, com o advento do atual estágio tecnológico baseado na microeletrônica, novas possibilidades de conciliação se prenunciam entre atividades de concepção, manutenção e produção material, sobressaindo, cada vez menos, o trabalho manual, e cada vez mais uma intervenção humana mais abstrata e simbólica. Ultrapassa-se, assim, a fase de simples supervisão passiva das máquinas para uma atividade maior de controle, de prevenção de panes e de otimização de funcionamento do processo produtivo. Essas questões — introdução de inovações tecnológicas, mudanças na organização e no processo de trabalho, procura de novas políticas de gestão num processo de imbricação da gestão de produção com a gestão de pessoal — passaram a integrar as discussões e o dia-a-dia dos trabalhadores e do patronato.

Tais fenômenos demonstram a necessidade de estudos que dêem conta de perceber essas transformações nos processos de gestão, no âmbito da administração pública ou privada. A partir desse reco-

* Aluno do Curso de Mestrado em Administração Pública da EBAP/FGV.

nhecimento, surge uma série de enfoques acerca do tema *gestão social*.

No entanto, a expressão *gestão social* vem sendo utilizada como justificativa de políticas apoiadas em propostas da "administração pública gerencial", em articulação com o projeto de Estado mínimo.

Preocupado com isso, Fernando G. Tenório, em seu artigo *Gestão social: uma perspectiva conceitual,*[1] utiliza experiências teóricas e práticas desenvolvidas no âmbito do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), com o objetivo de aprofundar essa discussão e apresentar uma compreensão do conceito de gestão social que expresse de fato a tendência que se constrói, acerca do papel ativo desempenhado pelos cidadãos, na relação *sociedade-Estado*, e pelos trabalhadores, na relação *trabalho-capital*.

O autor defende a idéia de que o tema gestão social não pode ser analisado pela ótica da gestão estratégica. Dessa forma, ele parte das críticas às teorias de cunho positivista — nas quais a gestão estratégica se apóia.

Fazendo uso apropriado da teoria crítica frankfurtiana como referência conceitual, Tenório busca contribuir para uma releitura das teorias organizacionais, enfocando questões da racionalidade substantiva, como a reflexividade e, principalmente, os elementos habermasianos da *ação comunicativa*, que, segundo o autor, são os mais pertinentes para compreender não só a ação social, mas também a forma como se dá a transmissão de conhecimento no processo de gestão social.

A partir dessa reflexão, observa-se que o tema gestão social deve ser entendido como expressão da vontade dos agentes que atuam na sociedade, como cidadãos, ou nas organizações privadas, como trabalhadores, a partir de um modelo de *democracia deliberativa*. Seria possível contemplar essas demandas a partir dos pressupostos da gestão estratégica?

Banco de dados

Rodrigues, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: Boito Jr., Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.[2]

Este trabalho consiste em uma análise da organização dos trabalhadores, nos seus locais de trabalho, pela luta dos seus direitos, fazendo um exame histórico que demonstra a existência de comissões de fábrica anteriores ao movimento grevista de 1978. O autor desconsidera as comissões de fábrica como organismos de cogestão, vendo-as em seu aspecto dual. São organismos de defesa dos interesses dos empregados e, ao mesmo tempo, servem de mecanismos de antecipação e controle dos conflitos industriais. Para os patrões, servem como mecanismos de administração dos conflitos. O autor considera as comissões um avanço rumo à democratização nas relações de trabalho: elas suscitam reações contrárias por parte dos patrões que não desejam democratizar as relações de trabalho e negociar; mas alguns sindicatos também se posicionam contra as comissões, por temerem a perda do poder de representação junto aos trabalhadores.

Barbosa, Allan Claudius Queiroz; Teodósio, Armindo dos Santos de Souza; Ckganazaroff, Ivan Beck & Silva, José Wanderley Novato. *Poder local, descentralização e modernização municipal: a saúde*

[1] Publicado em *RAP*, *32*(5): 7-23, set./out. 1998.

[2] Resenha de Ricardo Lima.

em foco. Um estudo de caso em Minas Gerais. Belo Horizonte, Cepead/UFMG, 1997.[3]

A obra é uma análise dos impactos causados pelo processo de descentralização dos serviços de saúde no município de Brumadinho, Minas Gerais, discutindo aspectos conceituais referentes à descentralização, municipalização e poder local. Os autores resgatam o contexto brasileiro da descentralização à luz da Constituição de 1988 e a inserção da saúde. Descrevem e comentam a experiência de municipalização vivida pelo município de Brumadinho, onde a melhoria da rede física e a criação de programas deram-se com uma importante participação popular, trazendo resultados bastante positivos. A obra ressalta alguns aspectos importantes nesse processo e mostra que, se, por um lado, ele abre a possibilidade de modernização, favorecendo a participação plena do cidadão, por outro, pode gerar, com a transferência de conflitos até então restritos às esferas federal e estadual, uma permanente disputa entre as partes envolvidas.

[3] Resenha de Aline Marinho.

Aconteceu

- Realizou-se, no dia 19 de novembro, a apresentação de 14 projetos comunitários, dando encerramento à disciplina Gestão de Programas e Projetos, desenvolvida em articulação com a Cáritas Diocesana do Rio de Janeiro com o objetivo de transferir tecnologia para elaboração de projetos comunitários. Estes projetos foram construídos a partir da interação entre os alunos de mestrado desta disciplina e representantes das comunidades e entidades que participaram da experiência.